



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

4ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÕES FISCAIS

DE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO

Juiz Federal Titular: DR. JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO

Juiz Federal Substituto: DR. LUIZ HENRIQUE HORSTH DA MATTA

A presente correição ordinária eletrônica foi realizada no período de 14 a 18 de março de 2016.

A princípio, vale ressaltar que, excepcionalmente, em razão da impossibilidade de acesso ao sistema Apolo do Espírito Santo durante o período desta correição (problema técnico geral que originou o chamado à informática n. 21.281) os dados que dependem de consulta oriunda deste Tribunal ao Sistema Apolo do Estado do Espírito Santo foram acessados apenas a partir de 28/03/2016, prejudicando o adequado andamento das pesquisas, conclusões e recomendações.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Extrair os mapas com as datas e prazos indicados no questionário pré-correição, bem como responder ao questionário pré-correição de maneira adequada e satisfatória.
2. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido.
3. Buscar diminuir o a quantidade de processos parados, conforme dados no respectivo item.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

4. Evitar classificações de "Tipo de intimação" repetidas, nos termos do Mapa de Intimados extraído do Sistema Apolo, conforme o item respectivo neste relatório.

5. Observar a correta classificação das sentenças, de forma também a evitar a classificação como "vazias" (total de 45).

6. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido.

7. Aperfeiçoar, simplificando, a classificação dos "tipos de intimação" de sentença, haja vista que, dos 26 elencados pelo órgão correicionado, pelo menos 4 são repetidos com nome semelhante, confundindo o usuário.

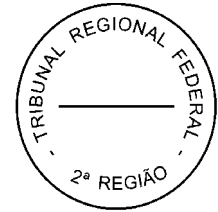
8. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 179 processos com tal fase não informada.

9. Diligenciar no sentido de agendar audiências, já que a quase totalidade da demanda (23 de 25) é remanescente do período anterior a fevereiro/2015.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**➔ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Não houve notícia de qualquer designação de representantes do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União (ES) ou da Ordem dos Advogados do Brasil/ES, para acompanhar os trabalhos desta correição ordinária.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **ATUAÇÃO DOS JUÍZES**

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

. Titular: **DR. JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO**, em exercício desde 11/02/1999.

. Substituto: **DR. LUIZ HENRIQUE HORSTH DA MATTA**, em exercício desde 17/02/2016.

Divisão dos processos: as normas pertinentes são aplicadas, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

No ano de 2015, houve a designação de Juiz Substituto para o Juízo e, segundo o relatado, a divisão de processos observou o critério do último número antes do dígito verificador, se par ou ímpar (titular ou substituto, respectivamente). Quanto aos feitos conexos ou distribuídos por dependência, estes observam a mesma competência do juiz atuante nos autos principais.

→ **ORGANIZAÇÃO**

Total de Servidores:

Analistas Judiciários: 03

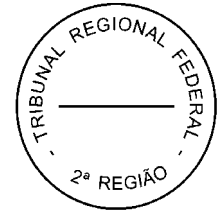
Técnicos Judiciários: 11

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 02

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Mapa: Planilha Apolo Excel – Intimados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **ACERVO TOTAL**
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo 4ª VF EXEC. FISC. VIT	Inspeção Anual Março de 2015	Correição Março de 2016
Total	16.297	16.925
Suspensos	5.506	6.732
Ag. julgamento recurso	116	106
Tramitação ajustada	10.675	10.087

EXECUÇÃO FISCAL Total: 16.195

Suspensos: 6.689

Aguardando julgamento recurso/agravo: 86

Em tramitação ajustada: 9.420

CÍVEL (exceto execução fiscal) Total: 729

Suspensos: 42

Aguardando julgamento recurso/agravo: 20

Em tramitação ajustada: 667

CRIMINAL Total: 01 (classe 24004 - medida cautelar inominada penal)

Suspensos: 01

Aguardando julgamento recurso/agravo: 00

Em tramitação: 00

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de 02/2016. Planilha Apolo Excel – Intimados.

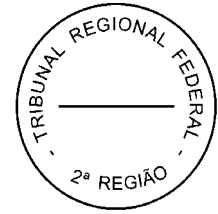


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**
(art. 181 da CNCR)

Total Geral de Boletins de Intimação Gerados	Período	03/2015 a 02/2016
	Processos	1.730
	Boletins	78
	Média (Processos por boletim)	22,18
	Tempo Médio de Publicação (Dias por boletim)	4,83

Fonte: Sistema Apolo - secretaria - Mapa de boletins publicados, extraído em 28/03/2016, extemporaneamente, em virtude da anterior falta de acesso ao sistema Apolo do Espírito Santo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2016, estabelecidas no VIII e IX Encontros Nacionais do Poder Judiciário).

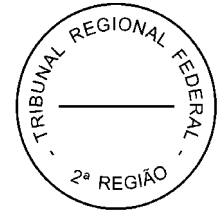
A despeito da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2016, ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2015, com as adaptações possíveis.

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos.

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 14/03/2016 (atualizado até 17/01/2016), verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 123%**, como ilustra o gráfico a seguir:



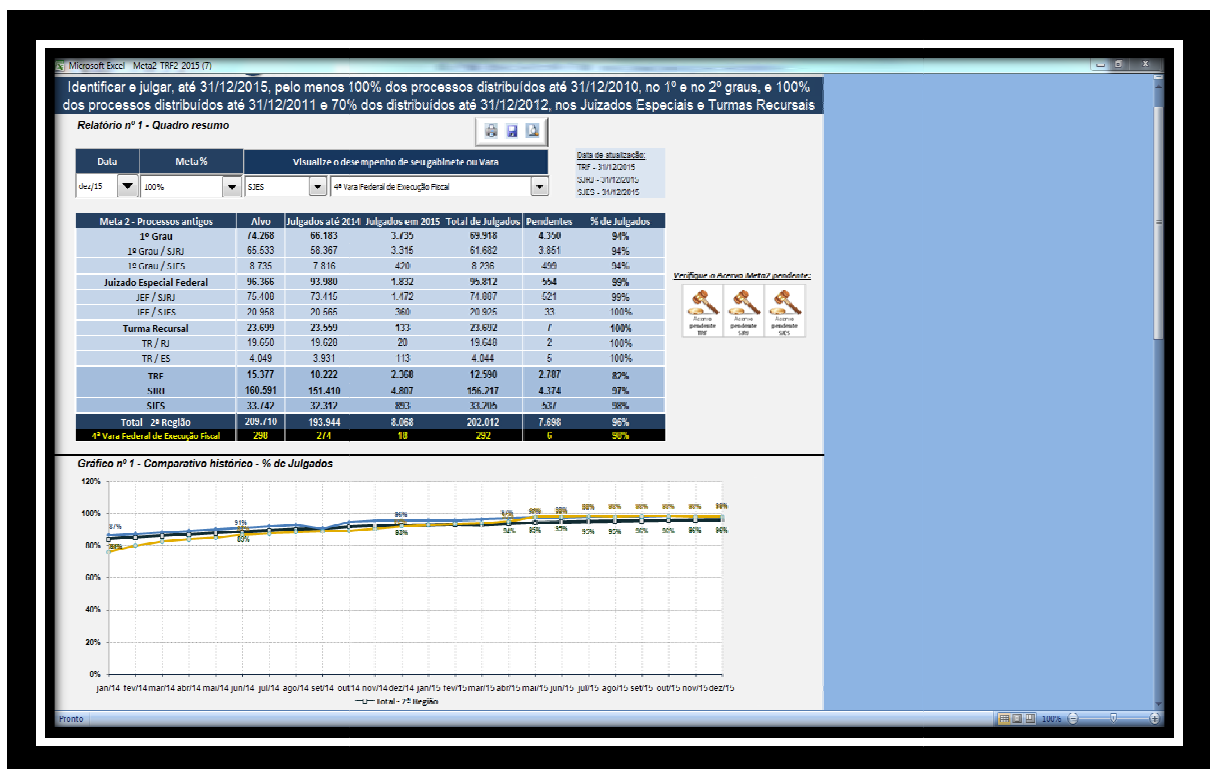


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

(...100% dos processos distribuídos até 31/12/2010 (...)) e 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012...)

Tal meta foi cumprida em 98% dos processos nos quais se aplica, restando 6 processos pendentes de julgamento.



Ano	2015
Mês	Dezembro
Vara	4ª Vara Federal de Execução Fiscal
Contar de Processo	Última movimentação
Ano distribuído	menos de 100 dias
	Total geral
2008	2
2009	2
2010	2
Total geral	6



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Análise eletrônica dos processos pendentes na META 2, de acordo com o quadro anterior:

00025728520084025001 - classe 12001 - embargos à execução
autor: Estado do Espírito Santo X União Federal. Último movimento:
09/12/2015 - não conclusivo. Aguarda prazo pós-publicação em 30/03/2016.

00159371220084025001 - procedimento ordinário/outros
não conclusivo, com sigilo de peças.
Aguarda prazo pós-publicação em 30/03/2016.

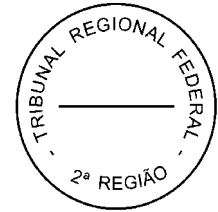
00100978420094025001 - embargos à execução - não conclusivo
Processo com sigilo de peças. Com despacho publicado em 10/03/2016.
Aguarda prazo (à embargante) pós-publicação em 30/03/2016.

00066326720094025001 - embargos à execução
Sentença de extinção sem julgamento do mérito tipo C (não regularizou
representação processual) registrada no sistema em 26/01/2016.
Autos devolvidos à secretaria pela Procuradoria da Fazenda Nacional (por
motivo de vista) em 28/03/2016.

00025679220104025001 - embargos de terceiro - último movimento 01/10/2015
Movimentação Cartorária, realizada em 01/10/2015, tipo "aguardando
devolução de mandado de execução" - MIF.0011.000123-4/2015, expedido em
28/05/2015.

00002991520104025050 - ação declaratória da inexist. de relação jurídica a embasar a dívida. Último movimento: conclusos para sentença ao Magistrado Eduardo Francisco de Souza, em 23/09/2015.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 14/03/2016, atualizado até 31/12/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

As metas 3, 4, 6, 7 e 8/2015, a seguir não se aplicam ao órgão correicionado.

III – META 03/2015: *(Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).*

IV – META 4/2015: *(Identificar e julgar até 31/12/2015: na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).*

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal). *(Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos)*

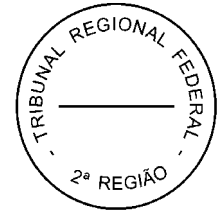
Ano	2015
Mês	Janeiro
Vara	4ª Vara Federal de Execução Fiscal
Acervo pendente SJES	
Contar de Processo CNJ	
Juizo	Total
1º Grau	6
Juizado	0
Total geral	6

VI – META 6/2015: *Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;*

VII – META 7/2015: *Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.*

VIII – META 8/2015:
Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas da 2ª Região, link CNJ, em 14/03/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA**

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico) e as classes que ali aparecem, referente ao mês de 02/2016, emitidos em 29/02/2016, verificou-se que **não existem** processos de verificação obrigatória no órgão correicionado.

- . Mandado de segurança coletivo (classe 2004):
- . Ação popular (classes 6002, 6004 e 6005):
- . Ação civil pública (classes 6001, 6003, 6006, 6007, 6008 e 6009)
- . Ação de usucapião (classe 5009)
- . Ação de desapropriação (classes 5010 e 5018)
- . Ação de reintegração/manutenção de posse (classe 5011)

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância (Sintético e Analítico), constante do Questionário pré-correição enviado através do **OFÍCIO N° JFES-OFI-2016/00353**, de 01/03/2016, posição até fevereiro/2016.

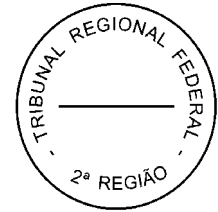
→ **AUDIÊNCIAS (Art. 35, I, CNCR) - PERÍODO DE 02/2015 A 02/2016**

TOTAL: 03 audiências com data designadas, sendo a primeira em 08/04/2015 e a última em 25/11/2015.

Foram realizadas 03 audiências de instrução e julgamento, porém permanecem **25 audiências a serem realizadas, sendo 24 remanescentes do período anterior a fevereiro/2015.**

Fonte: Questionário pré-correição enviado através do **OFÍCIO N° JFES-OFI-2016/00353**, de em 01/03/2016 item 3.2. e Mapa de "Estatística de audiências" extraído do sistema Apolo/ES em 28/03/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJES Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Estatística de Audiências.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS
(FÍSICOS/VIRTUAIS)**

. INICIAIS (Artigos 305 a 316 da CNCR)

- a. Inicial - Execução fiscal_ JESXAMA
- b. Inicial Carta Precatória__ JES
- c. Inicial - Embargos_____JESBVL

O questionário pré-correição também não listou ou especificou locais virtuais, apenas mencionando que não há processos distribuídos em fevereiro, ou antes deste mês aguardando despacho inicial.

Quanto ao tempo médio para despacho de petições iniciais, foi mencionado que não há relatório que forneça essa informação com precisão, sendo as iniciais despachadas com prioridade.

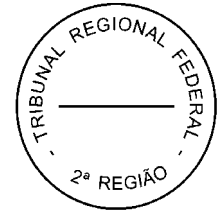
Fonte: Questionário pré-correição enviado através do **OFÍCIO Nº JFES-OFI-2016/00353**, de em 01/03/2016, item 3.11. SISTEMA APOLO - locais virtuais em balcão de entrada em 30/03/2016

. BALCÃO DE ENTRADA

Constam 13 documentos, todos datados do dia da consulta, tendo sido encontrado o seguinte local virtual:

- Petições pendentes para juntar

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 30/03/2016, às 12:57h.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO
(Artigos 305 a 317 da CNCR)**

Segundo o Questionário pré-correição, uma das supervisoras é responsável pela imediata análise de prevenção e pedidos de distribuição por dependência, com prioridade. As iniciais de processos de conhecimento são de responsabilidade de dois servidores da Secretaria, exceto aquelas com pedido liminar, as quais são encaminhadas ao gabinete, para análise prioritária. As iniciais de execução fiscal são analisadas pelos estagiários, com conferência do diretor, observando-se as normas pertinentes, com a juntada de cópias quando necessárias à análise de tal ocorrência e com a tramitação prioritária.

Foi encontrado o seguinte local virtual no sistema Apolo:

- Despachos padronizados para diretor conferir;

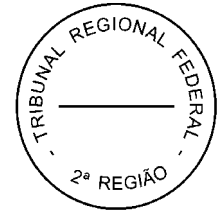
Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1, e Relatório de Inspeção Anual, item 8.

**. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO
(Arts. 227 da CNCR)**

- P/ despacho há mais de 30 dias: 1.991 processos
- P/ decisão há mais de 60 dias: 1.078 processos
- P/ sentença há mais de 180 dias: 181 processos

PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO		
Posição em	28/03/2016	
Conclusão até	27/03/2016	
Tipo de Conclusão	Processos	Percentual
Despacho	105	70,47
Decisão	20	13,42
Sentença	24	16,11
Total Geral	149	100,00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Concluídos, extraída em 29/02/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 18/03/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO (PARADOS):
(Arts. 228 da CNCR)**

. Execução Fiscal - Parados – Apolo:

Posição em	28/03/2016	
Último Movimento até	27/03/2016	
Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 121 e 180	777	84,36
Mais de 180	144	15,64
Total Geral	921	100,00

Outras Classes - Parados - Apolo:

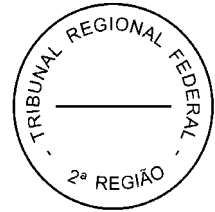
Posição em	28/03/2016	
Último Movimento até	27/03/2016	
Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	163	83,16
Mais de 60	33	16,84
Total Geral	196	100,00

Análise eletrônica de processos por amostragem, no Sistema Apolo/ES.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraída em 29/02/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 18/03/2016.**

**. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)
(Arts. 180 e 318 da CNCR).**

De acordo com o Relatório de Inspeção Anual referente ao período de 29/02 a 04 de março de 2016, a juntada de petições estaria em dia, cumprindo a Vara o prazo estabelecido no art. 180 da atual Consolidação de Normas da Corregedoria Regional, que “somente se aplica aos feitos cujos autos se encontrem efetivamente localizados na Secretaria do Juízo” (§2º do art. 180). Assim, no primeiro dia da inspeção, conforme relatório extraído através do sítio eletrônico desta Corregedoria-Regional, não havia petições pendentes de juntada cujos autos estivessem na Secretaria.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Entretanto, este setor de Correções extraiu o seguinte Mapa de Petições do Sistema Apolo em 28/3/2016:

Mapa de Petições Sistema Apolo – Planilha Excel	
Posição em	28/03/2016
Total Geral	132

Através da consulta ao sistema Apolo, verificou-se que, destas 132 petições, 2 haviam sido juntadas no mesmo dia em que foi extraído o mapa origem da tabela acima.

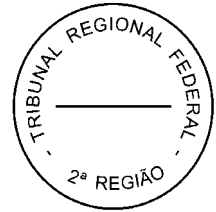
Fonte: O Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 30/03/2016

. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existem os seguintes locais virtuais de controle de prazo:

- Aguarda Decurso de Prazo;
- Aguarda prazo edital;
- Aguarda prazo pagamento/nomeação;
- Aguarda prazo pós-publicação;
- Aguarda trânsito de agravo
- Aguarda trânsito;
- Certificar tempestividade de impugnação dos embargos à execução;
- Suspensos com data final
- Recebidos do exequente ag. prazo

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, não houve acesso.

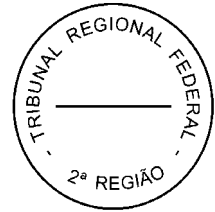


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram encontrados os seguintes locais virtuais, ressaltando que a pesquisa pelo Sistema Apolo só foi possível a parti de 28/03/2016:

- Aguarda apensamento;
- Aguarda atendimento carta precatória;
- Aguarda designação de leilão;
- Aguarda MPR (em carta precatória);
- Expedir carta de citação
- Expedir carta de intimação para conselhos de outros...
- Expedir carta de intimação
- Expedir carta Precatória
- Expedir Certidão
- Expedir Edital
- Expedir Mandado de Citação/Intimação
- Expedir Mandado de Penhora
- Expedir mandado MCPAR
- Expedir Mandado/Ofício de Carta Precatória
- Expedir Ofício
- Fazer rotina de suspensão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Arts. 189 e seguintes da CNCR)**

Nada foi relatado no questionário pré-correição.
Porém, segundo o mapa extraído do Sistema Apolo/ES em 28/03/2016, constam 247 processos, conforme o quadro abaixo:

Posição em	28/03/2016
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	5
Documento	242
Total Geral	247

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel– Segredo de Justiça, e consulta ao Sistema Apolo.

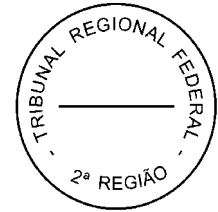
. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	03/2015 a 02/2016
	Processos	1.730
	Boletins	78
	Média (Proc. / Bol.)	22,18 processos
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,64 dias

Foram encontrados os seguintes locais virtuais:

- Remessa à imprensa
- Remetido à publicação

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicação, extraído em 14 de março de 2016 e consulta ao sistema Apolo do Espírito Santo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Segundo o relatório pré-correição de 01/03/2016, existem 2 processos físicos em carga à Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme relatório em anexo. A devolução dos autos já foi devidamente solicitada.

Porém, segundo o Relatório de Processo Remetidos extraído do Sistema Apolo, constam 38 processos com prazo vencido, sendo os três mais antigos de n.º 0002222-54.1995.4.02.5001, 0008642-94.2003.4.02.5001 e 0004946-50.2003.4.02.5001, remetidos à Procuradoria da Fazenda Nacional, em 22/03/2016 para vista, com prazo de devolução vencido em 08/03/2016.

Locais virtuais de remessa externa:

- Remetidos ao TRF;
- Remessa ao TRF;
- Processos remetidos aos exequentes;
- VISTA (CREFITO, CRP, CRQ, CRA-MG, CRMV-PR, MPF...)
- VISTA CAIXA
- 12 locais virtuais de VISTA a 12 CONSELHOS DIFERENTES (CORECON, COREN, CRA, CRC, CREA, CRECI, CRESS, etc)
- VISTA DPU
- VISTA MPF
- VISTA PFN para suspensão
- VISTA PFN prioridade
- VISTA PFN;
- VISTA Procuradoria da União;
- VISTA Procuradoria Federal.

Fonte: Apolo – Secretaria - Relatório de Processos Remetidos extraído em 30/03/2016, face ao problema relatado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS**
(Artigos 267 a 269 da CNCR)

1. Número total de processos suspensos (em 28/03/2016): 5.141

Cíveis: 42

Criminais: 01

Execução Fiscal: 6.689

2. Análise eletrônica de processos ordenada por Motivos da Suspensão

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

2.1. Aguarda decisão de instância superior: 33

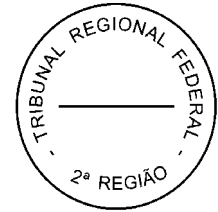
00042391420054025001

Sistema Apolo: execução fiscal - processo suspenso a partir de 21/05/2010 (registro no sistema em 25/05/2010), **até final julgamento dos embargos à execução n.º 200950010037791 em apenso**, pelo Supremo Tribunal Federal, consoante decisão proferida à fl. 79 daqueles autos.

Em consulta ao sítio do STF, verificou-se que, em 09/11/2012, houve o trânsito em julgado da decisão que extinguiu, sem julgamento do mérito, os Embargos à execução em questão por falta de interesse.

Também não consta no sistema Apolo, Aba 6 "Vínculos", o cadastramento de qualquer processo vinculado, apesar de constar no andamento dos embargos à execução "aguardando julgamento do conflito de competência".

Smj, diligenciar no sentido de verificar a subsistência da condição suspensiva da execução fiscal, reativando-a, se for o caso. Regularizar no sistema Apolo as informações quanto aos processos vinculados à esta Exec. Fiscal em análise.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00120829820034025001

Sistema Apolo: execução fiscal, processo suspenso a partir de 09/06/2010, aguardando julgamento de processo/recurso. Movimentação conjunta ao processo 00132053420034025001 (ação ordinária/outras). Em decorrência os autos físicos foram remetidos em 27/08/2014 a Seção de Digitalização, e devolvidos em 29/08/2014.

00132053420034025001 - Foi proferida decisão no REsp eletrônico nº 1132701/ES (2009/0062705-4) autuado em 06/08/2009 do seguinte teor: "(...) *Ante o exposto, com base no art. 557, caput do CPC, nega-se seguimento aos Recursos Especiais interpostos por Ilayr Marques Magnago e outro e pela Fazenda Nacional. Brasília, 1º de março de 2016*". Em 01/04/2016 o REsp foi remetido à Advocacia-Geral da União intimado eletronicamente da vista ao agravado para impugnação do agravo interno, em 01/04/2016.

00032867019934025001

Sistema Apolo: execução fiscal, processo suspenso a partir de 02/08/2010, aguardando decisão definitiva dos EE n. 95.0002881-6. Processo no TRF2 em 14/03/2016.

2.2. Art. 40, § 2º, LEF (arquivamento sem baixa): 1.786

00082670619004025001 - autuado em 02/06/1989

Sistema Apolo: execução fiscal processo suspenso desde 29/08/2005, com ordem judicial.

00020418219004025001

00020512919004025001 - autuados em 03/11/1983

Sistema Apolo: execução fiscal processo suspenso a partir de 09/01/2006.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2.3. Art. 40, *caput*, LEF: 500

00098248620014025001

Sistema Apolo: execução fiscal processo suspenso a partir de 21/09/2009, com ordem judicial registrada no sistema em 21/07/2009.

00043789220074025001

Sistema Apolo: execução fiscal processo suspenso a partir de 30/09/2009, com ordem judicial registrada no sistema em 23/01/2008.

00017950320084025001

Sistema Apolo: execução fiscal processo suspenso a partir de 31/10/2009, com ordem judicial registrada no sistema em 16/04/2010.

2.4. Baixo valor (até R\$10mil) - art. 20, lei 10.522/02 (arq. s/ baixa): 416

00057242020034025001 – execução fiscal. Processo suspenso desde 24/07/2009 com ordem judicial. Arquivado sem baixa com ordem judicial desde 2010.

Em situação semelhante os processos de número:

00034002320044025001

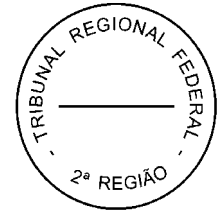
00070205819954025001

2.5. Baixo valor (R\$10mil a R\$ 20mil). Port. MF75/12 (arq. s/ baixa) : 1.579

00001708920124025001 - execução fiscal, processo suspenso desde 2012 com ordem judicial. Arquivado sem baixa com ordem judicial desde 2012.

00001717420124025001 – exec. fiscal na mesma situação desde 25/5/2012

00001795120124025001 - idem



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2.6. Baixo valor FGTS - Lei 13.043/14 (arq. sem baixa): 352

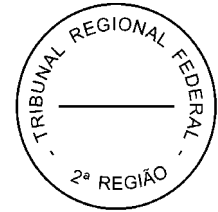
- 00084485520074025001 – execução fiscal, processo suspenso e arquivado desde 09/2014 com ordem judicial.
00129976920114025001 – idem desde 24/10/2014, com ordem judicial.
00021354420084025001 – idem desde 18/11/2014, com ordem judicial.

2.7. Cumprimento precatório/RPV: 04

- 00112573319984025001 – execução fiscal, processo suspenso a partir de 17/11/2015, com ordem judicial registrada no sistema em 29/04/2014.
00115399520034025001 – execução fiscal, processo arquivado sem baixa com ordem judicial publicada em 18/09/2015.
00011339720124025001 - Processo suspenso a partir de 09/03/2016 até 05/05/2016 com ordem judicial publicada em 04/09/2015.

2.8 Embargos à execução: 07

- 00051493620084025001 – processo suspenso desde 29/10/2012, com ordem judicial registrada em 31/10/2012 e vinculado aos EE processo n. 0010097-84.2009.4.02.5001, que teve o último andamento em 01/03/2016.
00152207320034025001 – exec. fiscal, processo suspenso desde 08/11/2012, com ordem judicial publicada em 6/08/2012 e vinculado aos EE n. 2005.50.01.012134-6.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2.9 Outras suspensões - processos de execução: 33

00008011920014025001 – execução fiscal, processo suspenso desde 29/11/2005 aguardando decisão final na Ação Falimentar nº 024.960.021.228. Registro do Sistema em 28/09/2005.

00039772119924025001 – execução fiscal, processo suspenso a partir de 08/02/2006, e já arquivado sem baixa com ordem judicial aguardando o desfecho da ação falimentar, ficando suspenso o curso da ação executiva. Registro do Sistema em 13/12/2005.

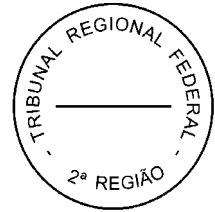
00033446319994025001 - execução fiscal processo suspenso desde 17/02/2006, aguardando decisão final na Ação Falimentar nº 00100437913 (Vara de Falências e Concordatas do Foro Central de Porto Alegre/RS), devendo o presente processo aguardar no arquivo, sem baixa na distribuição. Publicado no D.O.E. de 07/11/2005.

2.10 Outros - fase/processo execução: 198

00047474319944025001 – execução fiscal, processo suspenso a partir de 01/12/2009, com ordem judicial para aguardar recurso nos Embargos de Terceiro nº 2007.50.01.0009732-8. **Smj, corrigir o cadastramento do motivo da suspensão de acordo com a ordem judicial registrada no sistema em 15/12/2009, já que existe motivo mais específico.**

00055273120044025001 - execução fiscal, processo suspenso a partir de 14/01/2010, com ordem judicial registrada no sistema em 16/02/2011, para aguardar deslinde definitivo da Ação de Falência nº 024.010.029.932.

00091869219974025001 - execução fiscal, processo suspenso a partir de 03/02/2010, com ordem judicial registrada em 05/02/2010, para aguardar decisão definitiva na ação falimentar n. 024.960.084.325.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2.11 Parcelamento: 1.575

00070660320024025001 - execução fiscal processo suspenso a partir de 16/03/2010. Localização eletrônica: processo digitalizado, no arquivo sem baixa. Parcelamento concedido administrativamente.

00076464319964025001 - execução fiscal - processo físico suspenso a partir de 19/04/2010. Localização: arquivo sem baixa

00045882719994025001 - execução fiscal

Processo físico suspenso a partir de 04/06/2007 até 2009. Com ordem judicial de suspensão e arquivamento sem baixa publicada no DOE de 11/04/2007.

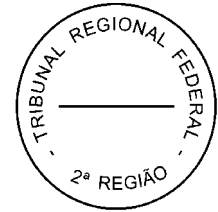
Smj., verificar a subsistência da condição suspensiva.

2.12 Suspensão outros/fase recursal: 07

00144447320034025001 – execução fiscal ag. julgamento de recurso. Processo suspenso a partir de 05/05/2014, com ordem judicial publicada no DOE de 19/10/2007. **Smj, corrigir o cadastramento do motivo da suspensão de acordo com a ordem judicial registrada no sistema em 15/12/2009, já que existe motivo mais específico.**

00072784820074025001 – execução fiscal, processo suspenso desde 30/10/2014, na forma do art. 40 da Lei nº 6.830/80. Já arquivado sem baixa, na forma do parágrafo segundo. **Smj, corrigir o cadastramento do motivo da suspensão de acordo com a ordem judicial registrada no sistema em 12/06/2013, mais específico.**

00072132420054025001 – execução fiscal, processo suspenso a partir de 05/05/2015, com ordem judicial de fls. 1.232/1.234, proferida nos embargos de terceiro em apenso (processo nº 0008017-79.2011.4.02.5001), apenas em relação ao bem penhorado à fl. 184. Registro do Sistema em 17/12/2014.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2.13 Suspensão pelo art. 40 - LEI 6.830: 161

00113469019004025001 – execução fiscal no arquivo sem baixa. Processo suspenso a partir de 12/12/2001, com ordem judicial registrada no sistema em 12/07/2005.

00068788319004025001 – execução fiscal, processo suspenso a partir de 19/12/2001, arquivado sem baixa na distribuição, registro do Sistema em 30/06/2005.

00022415519984025001 – execução fiscal, processo suspenso em 11/03/2002, com ordem judicial arquivado, sem baixa na distribuição. Registro do Sistema em 29/07/2005.

2.14 Suspenso - artigo 20/arquivamento - Lei 10.522/2002: 96

00072511719004025001 - execução fiscal processo suspenso a partir de 23/07/2007, com ordem judicial. Os autos foram remetidos e devolvidos em 11/02/2016, conforme informação do sistema Apolo.

Smj, esclareça o órgão correicionado sobre a reativação dos autos para remessa à PFN em junho/2015 e devolvidos em 02/2016.

00035491920044025001 - execução fiscal - processo físico suspenso a partir de 07/05/2008. Em situação semelhante ao processo acima analisado.

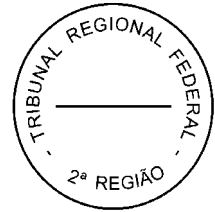
00054098920034025001 - execução fiscal, suspenso a partir de 30/05/2008, em situação semelhante ao acima analisado.

2.15 Artigo 40, § 2º /Arquivamento – Lei 6.830/80: 10

00065557819004025001 - execução fiscal - processo suspenso a partir de 25/05/2007, com ordem judicial registrada em 17/06/1996. Processo arquivado sem baixa.

00020426719004025001 - execução fiscal - processo suspenso a partir de 15/06/2007, com ordem judicial registrada em 01/12/2005. Processo arquivado sem baixa.

00055849319004025001 - execução fiscal - processo suspenso a partir de 15/06/2007, com ordem judicial registrada em 30/04/2004. Processo arquivado sem baixa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2.16 Parcelamento: 01

00098192520054025001 – execução fiscal, processo suspenso com ordem judicial, aguardando término do prazo

2.17 Aguardando julgamento/recurso: 51

00062534919974025001 -

00020980819944025001

00062551919974025001 – execução fiscal, processo suspenso a partir de e 09/02/2006, com ordem judicial.

Movimentação Cartorária tipo AGUARDA JULGAMENTO DE RECURSO

TOTAL: 5.141

Penal:

No mapa de movimentação processual sintético, juntado ao questionário pré-correção, foi relatado um processo de medida cautelar inominada penal suspenso. Porém, não houve como acessar seus dados, face ao problema técnico geral de acesso, já relatado.

Fonte: Mapa de movimentação processual da 1ª Instância anexado ao questionário de pré-correção, posição até 29/02/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

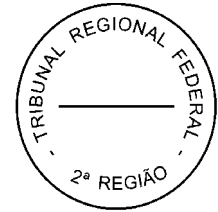
➔ **SENTENÇAS -**

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Não houve como separar em pares e ímpares, face ao problema técnico do Apolo/ES.

Total: 1.430

- a. Com resolução de mérito:
 - a.1 - declarada a decadência ou prescrição: 07
 - a.2 - embargos de declaração acolhidos em parte: 01
 - a.3 - embargos de declaração não acolhidos: 06
 - a.4 - julgado improcedente o pedido: 09
 - a.5 - julgado procedente em parte o pedido: 02
 - a.6 - julgado procedente o pedido: 05
 - a.7 - julgado procedente o pedido - reconhecimento pelo réu: 01
- b. Convertidas em diligência: 75
- c. Convertido o julgamento em diligência: 27
- d. Em embargos de declaração:
 - d.1 - acolhidos: 06
 - d.2 - acolhidos em parte: 02
 - d.3 - não conhecidos: 02
 - d.4 - rejeitados: 23
- e. Resolução de mérito
 - e.1 - Extinção da execução: 41
 - e.2 - Pedido Improcedente: 48
 - e.3 - Pedido Procedente: 39
 - e.4 - Pedido procedente em parte: 12
 - e.5 - Reconhecida Prescrição/Decadência: 245
 - e.6 - Renúncia ao direito em que se funda ação: 04
 - e.7 - Pedido procedente com tutela deferida: 01
- f. Sem resolução de mérito: 850
 - f.1 - cancelamento da dívida ativa - L.6830/80, art.26: 07
 - f.2 - extinto o processo por ausência das condições da ação: 01
 - f.3 - extinto o processo por ausência de pressupostos processuais: 12
 - f.4 - indeferida petição inicial: 02



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

g. Vazias: 44

00011134320114025001 - constam dois tipos de intimação no sistema Apolo: 1ª "Vazia" e a 2ª "convertido o julgamento em diligência"

00103789820134025001 - ação ordinária/tributária

Processo aguardando julgamento de apelação.

Segundo consulta ao sistema Apolo, foi proferida sentença tipo A, julgando procedentes os pedidos, publicada em 01/09/2015.

00063569420134025001 - embargos à execução fiscal

Segundo consulta ao sistema Apolo, foi proferida sentença tipo C, julgando procedentes os pedidos, publicada em 04/05/2015.

Smj, otimizar e simplificar a classificação dos "tipos de intimação" de sentença, haja vista que, dos 26 "tipos de intimação" elencados pelo órgão correicionado, existem pelo menos 4 repetidos, confundindo o usuário.

→ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação a classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011):

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada)
2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas)
 - 2.1 Sem classificação no corpo da sentença
3. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):
 - 3.1 Sem classificação no corpo da sentença

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria inexistentes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

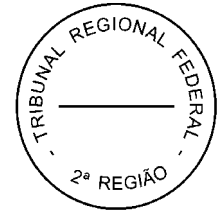
→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição, no gabinete, o planejamento se pauta por dois critérios principais: a data da conclusão e as prioridades legais (metas do CNJ, liminares, mandados de segurança etc).

→ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Segundo o questionário pré-correição, Os processos são encaminhados ao gabinete através de um escaninho de entrada (“Gabinete abrir conclusão”); a oficiala de gabinete faz, então, a triagem dos processos e abre a conclusão, encaminhando os processos para os respectivos escaninhos, separados por tipo de ação (embargos à execução, embargos de terceiro, ações ordinárias) ou tipo de decisão (embargos de declaração, decisões interlocutórias, declínio de competência, exceções de pré-executividade).

Periodicamente, a oficiala de gabinete extrai relatórios de processos conclusos para sentença e para decisão, para fins de distribuição do trabalho, com observância da ordem cronológica; na distribuição dos processos entre os membros da equipe do gabinete, também são incluídas as prioridades legais, independentemente da data da conclusão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram encontrados os seguintes locais virtuais no gabinete:

- Despachos/Decisões assinados;
- Expedientes assinados
- Sentenças assinadas
- Despachos para juiz assinar (SEM CONFERÊNCIA DO DIRETOR)
- Expedientes para o Juiz TITULAR assinar
- Gab Abrir conclusão para sentença e Decisão
- Gab. Decisões declínio de competência
- Gab. Decisões Interlocutórias
- Gab. Embargos à Execução
- Gab. Embargos de Declaração
- Gab. Embargos de Terceiro
- Gab. Exceção de pré-executividade
- Gab. Extinção
- Gab. Minutas padronizadas do Gabinete para juiz assinar
- Gab. Ordinária/Cautelar
- Mesa do Juiz - 4ª VFEF
- Mesa juiz tabelar 4ª VFEF

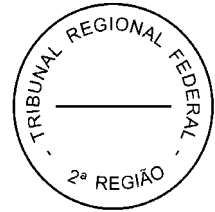
Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.2 a 3.3.4.

→ EXECUÇÃO
(art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

				Trâmite	Total
Processos	4ª Vara Federal de Execução Fiscal	Com Sentença	Informada	226	226
			Não Informada	179	179
			Natureza Executória	1.287	1.287
		Total	1.692	1.692	

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 17/03/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 01/03/2015 a 26/02/2016) (Art. 217, II, da CNCR)

- a. Total de requisições: 18 ofícios requisitórios expedidos.
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: não foi informado.

- RPV's:

. Cadastrados: 59

. Enviados: 18

- **Precatórios (Parcela única):**

. Cadastrados: 01

. Enviados: 00

- **Precatórios Parcelados: 00**

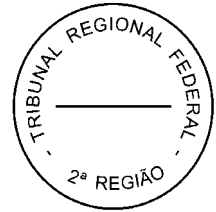
Fonte: Mapa Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, sem extração.
Relatório pré-correição.

→ GRANDES DÉBITOS

(Arts. 272 e 273 da CNCR)

O juízo correicionado informa no item 3.4.2, "d" que, a partir da indicação pelo exequente, os processos eletrônicos recebem identificadores, processamento em separado e prioridade de impulso; no entanto, não é possível extrair relatório a partir do sistema Apolo ou do Portal de Estatísticas para quantificar o total de processos desse tipo existentes na Vara.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD**
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correicionado, há 180 processos no escaninho para cadastrar minuta de BACENJUD, sendo o mais antigo de 03/11/2015.

Há 21 processos no escaninho para registrar indisponibilidade de veículo eventualmente registrado em nome do executado, via sistema RENAJUD, sendo o mais antigo de 04/12/2015.

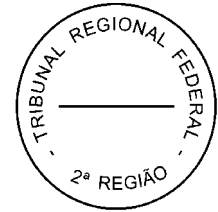
→ **LEILÕES (Arts. 270 A 290 da CNCR)**

O órgão correicionado não informou no questionário a quantidade ou datas de leilão feitos no período analisado, mas informou que existem 43 processos aguardando a realização do próximo leilão unificado (previsto para 30/06/2016).

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e e f).

→ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**
(Artigos 356 a 358 da CNCR)

Segundo o questionário pré-correição/2016, o cadastramento é realizado na Vara, diretamente no sistema de dados Apolo, logo que o mandado de penhora retorna devidamente cumprido, com a penhora dos bens. Conforme relatório obtido do mesmo sistema, em 24/02/2016, há 1.074 (mil e setenta e quatro) bens com penhora cadastrada, relativos a um total de 820 (oitocentos e vinte) processos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

(Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; Manual de Bens Apreendidos, de 2011; Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR)

Segundo o questionário pré-correição/2016, tal manifestação prejudicada, exceto quanto aos atos praticados em regime de plantão, pois o Juízo não possui competência criminal. Não há processos com bens acautelados/apreendidos.

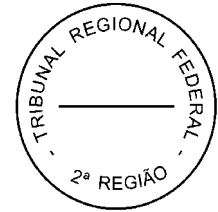
→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (Art. 147 a 151 CNCR)

A correição foi realizada na forma eletrônica, e a Inspeção Anual do juízo correicionado se deu de 29/02 a 4/03/2016, conforme OFÍCIO Nº JFES-OFI-2016/00451, de 08 de março de 2016.

Conforme o questionário pré-correição, foi relatado apenas que os livros e pastas obrigatórios, na forma dos artigos 147/151 da Nova Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foram devidamente inspecionados, não tendo sido constatadas irregularidades.

Pastas eletrônicas (art. 149, CNCR): Nada foi relatado sobre pastas eletrônicas no questionário pré-correição, bem como na Inspeção feita em março do corrente ano.

Obs.: como dificuldade enfrentada, registrou-se no Questionário de pré-correição que no, período de levantamento (fev/2015 a fev/2016) o órgão correicionado recebeu aproximadamente 1.300 processos redistribuídos da Vara de Serra/ES (por força do Provimento TRF2-PVC-2015/0004, de 14/05/2015), bem como cerca de 700 processos das Varas de Guarapari e Fundão/ES (em virtude da publicação da Lei Complementar nº 788, em 20/08/2014, transformando as Comarcas de Guarapari e Fundão em juízos/foros distritais, constituintes da Comarca da Capital). Ou seja, além da distribuição regular, a Vara recebeu cerca de 2.000 processos que tramitavam em outros Juízos, o que, segundo o relatório, exigiu esforço extra para triagem, classificação, remessa para digitalização, conclusão e andamento dos novos processos recebidos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição:

“Relatar a situação das instalações físicas do setor, eventuais problemas, dificuldades, etc.

As instalações físicas do setor são adequadas, trata-se do edifício-sede desta Seção Judiciária, projetado para comportar todas as varas, dispondo de excelente estrutura para os servidores e acesso dos jurisdicionados”.

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado reatou o seguinte no item 6.2:

“6.2.1 Três meses:

6.2.2 Seis meses:

6.2.3 Um ano:

Este Juízo tem como meta permanente o cumprimento dos prazos estabelecidos pela Corregedoria-Regional do TRF da 2ª Região, buscando-se a observância dos prazos máximos de conclusão (30, 60, 180 dias, respectivamente, para despacho, decisão e sentença) e a movimentação cartorária de processos não conclusos (120 para a classe 3000 – execução fiscal, e 30 dias para as demais classes).”

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Simonetti Bolivar Muniz da Silva, Mat. n.º 11.892